

## 6 Teorias do uso

### Sinopse

A teoria proposicional trata as frases e outros itens linguísticos como entidades abstractas inertes cuja estrutura pode ser estudada como que ao microscópio. Mas Ludwig Wittgenstein argumentou que as palavras e frases são mais como peças ou partes de um jogo, usadas para fazer jogadas em práticas sociais convencionais regidas por regras. Um “significado” não é um objecto abstracto; o significado é uma questão do papel que uma expressão desempenha no comportamento social humano. Saber o significado da expressão é apenas saber como empregar a expressão apropriadamente em contextos conversacionais.

A versão de Wilfrid Sellars desta ideia torna central o acto de inferir; é a complexidade dos padrões de inferência que permitem ao teorizador do uso acomodar frases longas e novas. Deste ponto de vista, uma frase deriva-se de outra não porque as duas “exprimam” “proposições,” uma das quais está de algum modo “contida” na outra, mas porque há a expectativa social de que o nosso semelhante executaria o acto de inferir a segunda frase da primeira.

As teorias do uso deste tipo enfrentam dois obstáculos principais: explicar como o uso da linguagem difere das actividades convencionais comuns regidas por regras, como os jogos de xadrez, que não geram qualquer significado; e explicar como, em particular, uma frase pode significar *que* tal e tal (como o francês “*La neige est blanche*” significa que a neve é branca). Robert Brandom ofereceu recentemente uma teoria do uso que professa executar estas façanhas.

Como vimos no capítulo 2, o hábito de Russell era escrever uma frase no quadro e examinar (como ele sustentava) a proposição expressa pela frase, tratando-a como um objecto de interesse em si e tentando discernir a sua estrutura. Ludwig Wittgenstein e J. L. Austin argumentavam que esta imagem de como a linguagem funciona e de como deve ser estudada está completamente errada. As linguagens e as entidades linguísticas não são objectos abstractos exangues que possam ser estudados como espécimes ao microscópio. Ao invés, a linguagem assume a forma de comportamento, actividade – prática social específica. As frases não têm vida por si mesmas. As coisas que escrevemos nos quadros, e as alegadas “proposições” que exprimem, são abstracções assaz violentas das elocuições executadas por seres humanos em contextos do mundo real e em ocasiões particulares.<sup>1</sup> E

<sup>1</sup> Eis três maneiras infrequentemente vistas e nas quais a noção de uma “frase” é uma abstracção assaz considerável da actividade linguística do mundo real. Primeiro (o que poderá ser uma surpresa), as elocuições humanas não surgem divididas em palavras separadas. Uma análise acústica da produção de discurso oral mostra uma corrente contínua de som, ainda que evidentemente

proferir algo é antes de mais e sobretudo fazer algo. É um pedaço de comportamento que por convenção foi incorporado numa prática social regida por regras. Já encontramos uma versão desta ideia no capítulo 2, pois é desta mesma perspectiva que Strawson aferrou as suas várias objecções contra a inicialmente atraente teoria das descrições de Russell. E quer tenhamos ficado convencidos pelas objecções quer não, na altura eram novas e impressionantes e, para muitas pessoas, intuitivamente persuasivas. Esta é uma boa carta de recomendação para a própria perspectiva.

## O uso num sentido aproximadamente wittgensteiniano

Wittgenstein (1953) e Austin (1961, 1962) desenvolveram esta ideia sócio-comportamental de maneiras diferentes. Concentrar-me-ei numa perspectiva wittgensteiniana, protelando Austin até ao capítulo 12. Digo apenas “uma perspectiva wittgensteiniana” porque, por razões que não podemos explorar aqui, o próprio Wittgenstein opunha-se à teorização sistemática em filosofia, e os seus seguidores objectavam a qualquer expressão na linha de “a teoria de Wittgenstein de...” ou “a doutrina de Wittgenstein quanto a...”<sup>2</sup> Tentarei ape-

diversificada. (Quando... falamos... não... fazemos... pausas... ainda... que... breves... entre... as... palavras.) Quando ouvimos uma corrente de som que constitui o discurso de alguém, somos nós que dividimos as palavras, automaticamente e sem pensar sequer alguma vez nisso. Isto já é uma abstracção, uma jogada teórica ou analítica feita por nós.

Segundo, pensar em algo como uma “frase” pressupõe a noção de boa formação gramatical. Nem toda a sequência de palavras constitui uma frase; só as sequências gramaticais constituem frases. E a ideia de gramaticalidade é sofisticada, apesar de ser captada, por mais indistintamente que seja, por crianças de quatro anos.

Terceiro, considere-se a categoria do que os linguistas costumavam chamar elocução *semi-gramatical*. Algumas das elocuições que as pessoas produzem são apenas semigramaticais, na medida em que se as suas palavras fossem escritas no papel, o resultado não iria contar como uma frase inteiramente gramatical à luz de uma qualquer regra da gramática (contém uma qualquer infelicidade gramatical), mas é suficientemente coerente para ser compreendida. De facto, suspeito que as pessoas falam dessa maneira, na sua maior parte. No mínimo, todos fazemos coisas como começos falsos, e todos nos entregamos a revisões no meio do discurso. Corrigimos a semigramaticalidade assaz automaticamente. Essa correcção é uma jogada teórica feita pelos nossos cérebros, e contudo é mais um afastamento por abstracção dos acontecimentos discursivos do mundo real.

<sup>2</sup> O parágrafo 43 das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein (1953) tem a fama de ser mal citado. Nele lê-se: “Numa grande classe de casos – mas não em todos – nos quais usamos a palavra “significado,” esta pode ser definida assim: o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem.” Wittgenstein levava muito a sério o “mas não em todos”; não defendia que “o significado é o uso,” sem mais. Na verdade, tinha alergia a generalizações universais. Pensava que um defeito profundo da filosofia era precisamente a procura de generalizações universais; o mundo real, maninha, é sempre mais complicado que isso.

nas esboçar uma perspectiva que se baseia nas contribuições de Wittgenstein, sem atribuir essa ou qualquer outra teoria ao próprio Wittgenstein.

Se o próprio significado é misterioso, uma maneira de reduzir o mistério é entrar no seu domínio através de algo com o qual tenhamos uma familiaridade mais directa. Para encontrar terreno firme no significado, pensemos nele do ponto de vista do receptor, a captação do significado ou a compreensão de expressões linguísticas. E para compreender a compreensão, concebamo-la como o produto de nos terem ensinado a nossa linguagem, e como o que se aprende quando se aprende uma linguagem.

Mas mal tentamos vê-la assim, algo se torna imediatamente óbvio: que o que se aprende e ensina é uma forma complicada de comportamento social. O que aprendemos quando aprendemos uma linguagem é a fazer jogadas, a entregarmo-nos a certos tipos de práticas, em particular o comportamento conversacional. E o que é ensinado primariamente é a maneira correcta de nos comportarmos quando as outras pessoas fazem certos tipos de ruídos, e que tipos de ruídos fazer quando as circunstâncias são apropriadas para isso. A prática linguística é regida por conjuntos muitíssimo complexos de regras, apesar de raramente as articularmos; as crianças limitam-se a apanhá-las a uma velocidade colossal, aprendendo a obedecer-lhes sem se darem conta que é isso que estão a fazer.

Estas verdades comezinhas são obscurecidas pelas teorias da entidade, que tratam os significados como coisas estáticas e inertes. Tanto Wittgenstein quanto Austin foram pródigos em invectivas contra tais teorias, apesar de aqui nos ocuparmos de uma perspectiva positiva do uso. Wittgenstein faziam também pouco da perspectiva de que o significado envolve essencialmente relações referenciais entre expressões linguísticas e coisas no mundo (apesar de não negar evidentemente que há algumas relações dessas).

Wittgenstein fez a analogia capital da actividade linguística com actividade de jogar jogos. (Segundo o físico Freeman Dyson, na altura um estudante de graduação em Cambridge, um dia Wittgenstein caminhava por um campo onde decorria um jogo de futebol, e “ocorreu-lhe pela primeira vez que na linguagem jogamos *jogos com palavras*.”)<sup>3</sup> A linguagem não é uma questão de marcas no quadro portadoras da relação de “expressão” com entidades abstractas chamadas “proposições”; a linguagem é algo que as pessoas

Como Georg Henrik von Wright escreveu, Wittgenstein “viveu nas fronteiras da doença mental [...] durante toda a sua vida” (“Biographical Sketch,” in Norman Malcolm, *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*, Oxford: Oxford University Press, 1958). Wittgenstein também se distinguia da maior parte dos filósofos anglófonos do séc. XX por ter tido uma vida bastante interessante; veja-se a maravilhosa biografia de Ray Monk, *Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius* (Nova Iorque: Free Press, Maxwell Macmillan International, 1990.) [*Wittgenstein: O Dever do Génio*, trad. Carlos Afonso Ferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.]

<sup>3</sup> Referido por Norman Malcolm (1958: 65). “Uma ideia central da sua filosofia, a noção de um “jogo de linguagem,” teve aparentemente a sua génese neste incidente.”

fazem, e que fazem de um modo profundamente convencional e regido por regras. A actividade linguística é regida por regras em grande parte como a actividade de jogar um jogo é regida por regras.

Além disso, as próprias expressões linguísticas são como peças de um jogo. Considere-se os xadrezistas. Um “peão,” ou uma “torre,” é definido pelas regras do xadrez que regem a sua posição inicial e as jogadas permitidas subsequentes; o que faz de um cavalo um cavalo é o modo característico como se move de acordo com as regras convencionalmente instituídas do jogo. Do mesmo modo, o significado linguístico de uma expressão é constituído pelas regras tácitas que regem o seu uso conversacional correcto.

Comece-se com expressões como “Olá,” “Raios” (ou “Sebo”), “Chiça,” “Desculpe,” “Ámen,” “Obrigado,” “Pára com isso!,” “Estou nessa” (quando se ofereceu uma aposta) e “Santinho.” Estas expressões não parecem significar o que significam em virtude representarem algo *ou* em virtude de exprimirem proposições. São apenas dispositivos convencionais para, respectivamente, cumprimentar, indicar consternação, deplorar, pedir desculpa, apoiar, agradecer, protestar, comprometermo-nos com uma aposta e bendizer. São ruídos que fazemos que têm papéis funcionais socialmente definidos; há ocasiões apropriadas e inapropriadas para os usar, e respostas apropriadas. Quando falamos dos seus significados, trata-se das funções que caracteristicamente executam no contexto das nossas práticas sociais correntes. Do ponto de vista wittgensteiniano, este é o *locus* e lar natural de todo o significado, apesar de a maior parte das expressões terem papéis sociais muitíssimo mais complicados.

Para sublinhar tudo isto, Wittgenstein introduziu o termo “jogo de linguagem,” tendo em vista coisas como o jogo de linguagem de encontrar e saudar alguém, o jogo de linguagem do casamento, o jogo de linguagem da aritmética, e assim por diante.

Wittgenstein oferece outra analogia (1953: 2): um pedreiro e o seu servente têm apenas quatro tipos de blocos de construção. Falam uma pequena linguagem primitiva que tem apenas quatro palavras correspondentes: “bloco,” “pilar,” “laje” e “viga.” Constroem coisas, entregando-se às suas actividades alinguísticas, ajudados por um certo género primitivo de actividade linguística: o pedreiro diz “laje,” e o servente traz uma pedra da forma apropriada. Ora, poder-se-ia dizer: “Claro, a palavra “laje” tem a relação de referência com um bloco desta forma, e o seu significado é a proposição de que o servente deve trazer tal bloco ao pedreiro.” Mas segundo Wittgenstein isto seria não ver o que conta. Neste pequeno jogo de linguagem primitivo, a palavra “laje” tem uma função que está obviamente conectada com blocos dessa forma, mas o que conta é a função e não a relação de referência. O intuito do pedreiro ao produzir o ruído “laje” é fazer o servente fazer algo, desencadear convencionalmente (depois de o servente ter aprendido a sua profissão) um padrão de actividade útil. A actividade envolve coisas desta forma, mas o intuito primário é desencadear a acção, e não referir ou “expressar” uma proposição eterna.

Claro que é difícil extrapolar esta imagem simples do significado como função social brutalmente convencional para frases longas e complexas como “A actual rainha de Inglaterra é calva” ou “Em 1931, Adolf Hitler fez uma visita aos EUA, durante a qual...,” nenhuma das quais tem um papel social convencional facilmente identificável (a não ser *asserir que* a actual rainha de Inglaterra é calva e que em 1931... mas isto em nada nos ajuda). É preciso introduzir um mecanismo adicional para se conseguir essa extrapolação. Os positivistas lógicos apelavam à noção de verificação, mas eu reservo a discussão disso até ao capítulo 8. Wilfrid Sellars (1963, 1974) invocava a ideia de *inferir* como um acto social. Falava também de “regras linguísticas de entrada” e “regras linguísticas de saída,” respectivamente regras que regem o que se espera que digamos em resposta a certos géneros de acontecimentos alinguísticos (como observações) e o que se espera que façamos em resposta a certas elocuições linguísticas, mas o mais importante são as “regras linguísticas de linguagem,” que regem o que se espera que digamos em resultado do que se infere de outra coisa que previamente se disse. Chame-se a isto a teoria inferencial do significado.

É difícil ver como uma teoria que tomou “Olá” ou “Laje” como paradigmas poderia ser bem-sucedida ao explicar os factos do significado mais sofisticados. Ser dotado de significado, sinonímia e ambiguidade não levantam problemas; mas o que dizer da derivabilidade entre frases complexas? O apelo da teoria inferencial ao inferir é uma ajuda, pois o que poderia parecer uma relação estática abstracta de “derivabilidade” entre duas frases pode-se reconstruir como uma prática regida por regras de inferir uma da outra. De “Haroldo é gordo e Benedito é estúpido” deriva-se “Benedito é estúpido” porque se alguém *asserir* a primeira mas negar a segunda aplicamos várias sanções sociais; na verdade, erguemos pelo menos os sobrolhos se alguém *asserir* a primeira e depois não se comporta como se a segunda fosse verdadeira. Segundo as teorias do uso, e esta prática em si que torna a inferência válida e não (como os livros de lógica queriam) qualquer garantia independente de que a inferência preserva a verdade.

## Objecções e algumas respostas

A beleza da teoria inferencial é conseguir evitar sem esforço todas as objecções que fizemos a cada uma das três teorias tradicionais (referencial, ideacional e proposicional). Além disso, é naturalista, na medida em que centra a atenção nas características efectivas da linguagem tal como esta é usada no mundo real. Mesmo assim, há alguns problemas formidáveis.

### OBJECÇÃO 1

Todos os jogos de linguagem são exactamente iguais na Terra e na Terra Gémea, dado que nesses dois planetas tudo ocorre exactamente em paralelo; mas as palavras na Terra Gémea e as suas contrapartes na Terra têm significados diferentes. Dada uma elocução na Terra e a sua Gémea, uma pode ser verdadeira e a outra falsa; que mais se poderia exigir para haver diferença de significado? Assim, o significado de uma expressão não se esgota no papel que essa expressão desempenha num jogo de linguagem.

### RESPOSTA

Pode-se classificar os jogos de linguagem mais subtilmente, e negar que nós e os nossos sócias da Terra Gémea estejamos a jogar “o mesmo” jogo, apesar de o que estamos a fazer parecer exactamente o mesmo se fosse visto na televisão. Por exemplo, nós respondemos à *água* (H<sub>2</sub>O) e agimos perante a água, mas os nossos gémeos não, lidando antes com XYZ; regras completamente diferentes, como se vê. (Na verdade, esta era a intenção original de Sellars, apesar de ele não ter ainda ouvido falar da Terra Gémea de Putnam.)

### OBJECÇÃO 2

Os nomes próprios levantam um problema ao teorizador do uso. Tente-se formular uma regra de uso para o nome “William G. Lycan,” ou para o nome do seu melhor amigo. Recorde-se que tem de ser uma regra que toda a pessoa que fala competentemente o seu dialecto local efectivamente obedece sem excepção. As únicas regras possíveis que me ocorrem empurram o teorizador do uso para uma teoria descritivista do significado dos nomes. O próprio Wittgenstein achava o descritivismo apropriado, mas não tinha lido Kripke.

### OBJECÇÃO 3

A teoria wittgensteiniana parece desamparada face ao nosso dado original: a capacidade espantosa para compreender frases longas completamente novas quando as ouvimos pela primeira vez e sem um momento de reflexão. As peças de xadrez e coisas análogas são tipos familiares e recorrentes de objecto, e as regras do seu uso são impostas a cada objecto individualmente. O mesmo ocorre com “Laje,” “Olá,” “Ui,” “Aceito” e outros exemplos wittgensteinianos de expressões cujos usos são definidos por rituais e costumes locais. Mas a nossa capacidade para compreender frases novas longas e agir com base nelas não pode ser o resultado de conhecermos convenções que se aplicam a essas elocuições, pois nenhuma convenção alguma vez foram impostas a essas elocuições.

O wittgensteiniano tem de conceder que compreendemos frases novas *composicionalmente*, em virtude de compreendermos as palavras individuais que ocorrem nelas, che-

gando aos significados gerais das fases a partir do modo como as palavras individuais estão ordenadas. (Teremos muito mais a dizer sobre isto no capítulo 9.) Segue-se que o que se compreende, isto é, o significado de uma frase, não é *simplesmente* uma questão de haver normas convencionais que se impõem ao uso dessa frase, pois o significado da frase é em grande medida também uma função da sua estrutura interna.

#### OBJECÇÃO 4

Não poderia eu desconhecer o uso de uma expressão e no entanto adoptá-la, mecanicamente, sem a compreender? Tenho conhecido estudantes de graduação que são génios a adoptar jargão académico de um género ou de outro, brandindo-o muito facilmente, mas sem compreensão. Conheci um que fez uma cadeira de fenomenologia ministrada por um parisiense que estava de visita, nada compreendeu da coisa, mas ganhou a habilidade de tecer as expressões de jargão tão bem umas às outras que o seu trabalho final mereceu (ou “mereceu”) nota máxima. Uso perfeito (ou pelo menos, nota máxima); significado nenhum.

#### OBJECÇÃO 5

Muitas actividades sociais regidas por regras — desportos e os próprios jogos, em particular — não envolvem centralmente o tipo de significado que as expressões linguísticas têm. As jogadas de xadrez e as batidas de ténis não têm certamente esse género de significado. (Contraste-se com a situação em que um espião usa jogadas de xadrez como um verdadeiro código secreto; por exemplo, pode-se ter convencionalmente estipulado que N-Q3 significa “Leva o zircão ao Foppa e diz-lhe que vamos esta noite.”) O que distingue então, supostamente, os jogos de linguagem dos jogos comuns?

Suponha-se que uma comunidade concorda usar certas palavras — ou em qualquer caso sons e marcas — de um modo peculiar; digamos que decidem pôr apenas “palavras” com o mesmo número de sílabas ao lado umas das outras em grupos de três, ou que preferem apenas “frases” em pares que rimem, começando cada sequência com uma palavra de uma letra acrescentando-se uma letra sucessivamente a cada item seguinte. (Isto poderia ser uma espécie de jogo de salão abrangendo toda a comunidade.) Se um recém-chegado chegasse a esta caprichosa comunidade desconhecendo o acordo, não compreenderia o que se passava. O recém-chegado poderia, com o tempo, descobrir todas as regras de acordo com as quais as várias peças eram usadas, e no entanto não ter qualquer noção do que se estava a dizer, ou até se se estava a dizer algo. E neste caso simples, pelo menos, dada se está a dizer. Poder-se-ia sugerir que tal jogo, como a linguagem do pedreiro, é pura e simplesmente demasiado *simples* e/ou primitiva. Mas é difícil ver como a mera adição de complexidade poderia ajudar.

## RESPOSTA

Poder-se-ia argumentar que se as suas regras forem suficientemente ricas e se aludirem suficientemente a condições ambientais, a *referência* e a predicação serão resgatáveis da descrição do jogo. Suponha-se que há uma regra segundo a qual sempre que um criado entra o terceiro jogador grita “Aqui, criado,” e é-lhe dado um martíni; sempre que um jogador diz “Mistura, por favor” quem estiver mais próximo passa-lhe o prato de *snacks*; e assim por diante. Ser-se-ia então tentado a concluir que “criado” refere o criado e “mistura” refere *snacks*. Assim, as jogadas do jogo teriam afinal significado.

## RÉPLICA

Talvez, nesse caso, as elocuições especificadas pelas regras do jogo tivessem significados – mas apenas porque de facto representam ou referem coisas e não apenas devido ao ordenamento convencional do seu comportamento.

Estipulemos por isso que, por mais complexo que se torne o jogo, as elocuições dos jogadores não referem coisas externas ao jogo; são apenas jogadas no jogo. Mas então parece ainda mais óbvio que o jogo não é sequer o começo de uma linguagem propriamente dita, e que as jogadas não têm significados como as elocuições de frases portuguesas. Assim, as condições explícitas do teorizador do uso não são suficientes para que algo seja uma linguagem.

## SEGUNDA RESPOSTA

Waismann (1965: 158) antecipa uma objecção deste género. E sugere uma resposta rival: que os jogos de linguagem genuínos estão “integrados [...] na vida.” Em contraste, os jogos de salão, como as jogadas de xadrez e as batidas de ténis, “têm uma relação muitíssimo menos próxima com a vida do que palavras seriamente usadas.” Um jogo de linguagem não pode ser delimitado, não pode ser algo que mantemos à mão de semear e que jogamos apenas quando nos apetece.

## RÉPLICA

Mas alguns jogos de linguagem, como dizer longas piadas maçadoras, são delimitados e só são jogados ocasionalmente e quando queremos. Além disso, ainda que concordemos que os jogos de linguagem mais sérios e com uma diversidade de propósitos estão plenamente integrados na vida, consideramos habitualmente que essa relação próxima e integradora é uma relação de *referir*, que as nossas palavras são sobre as coisas no mundo que nos interessam. O wittgensteiniano não concorda que o significado envolva essencialmente o referir, e por isso Waismann precisa dizer o que é então a “integração.” Ao que parece, a ideia é que os jogos de linguagem estão integrados *noutras práticas sociais*. Mas é difícil ver como o wittgensteiniano pode explicitar isso a) de um modo que explique como as jogadas linguísticas ganham conteúdo proposicional, mas b) sem introduzir secretamente o referir.

O meu uso agora mesmo da expressão “conteúdo proposicional” pode sugerir uma fidelidade fracassadamente tácita à teoria proposicional. Mas estou a usar tal expressão, e continuarei a usá-la ao longo deste livro, num sentido mais fraco: seja qual for a propriedade de uma frase ou outro item que é de algum modo expressa por uma oração “que,” como em “significa que os brócolos te vão matar.” Não precisamos de tomar essa propriedade como uma questão de ter a relação de “expressão” com uma entidade abstracta chamada “uma proposição.”

## OBJECÇÃO 6

Um sentido claro no qual se pode considerar que uma prática social é uma linguagem propriamente dita é que, segundo esse sentido, pode-se fazer ruídos ou inscrever marcas e com isso *dizer que P*, sendo *P* uma qualquer frase adequada. E uma das coisas que é seguramente essencial para a linguagem é que possamos dizer coisas com ela. Mas nenhum discurso indirecto destes é permitido apenas em virtude de algumas pessoas jogarem xadrez ou um jogo de salão; nenhum dos jogadores disse ou perguntou ou pediu ou sugeriu... *que* algo, seja o que for. Falta qualquer coisa. Estamos a jogar um jogo, e a usar peças de acordo com um conjunto de regras convencionais, e entregamo-nos a uma prática social que pode não apenas ser divertida mas também visar algo mais vasto; pode até ser de algum modo vital para a nossa forma de vida. As coisas que os jogadores destes vários jogos fizeram podem ser significativas num certo sentido, mas ninguém fez quaisquer asserções ou pediu seja o que for ou aconselhou alguém a fazer algo.

## Inferencialismo

Neste ponto é tentador fazer uma concessão séria à teoria referencial. Mas isso seria omitir a mais recente encarnação da teoria inferencial de Sellars: Brandom (1994), uma obra-prima de 700 páginas, que pelo menos tem o potencial de evitar algumas das objecções anteriores. Brandom desenvolve uma concepção particular de “uso,” uma concepção normativa segundo a qual o uso de uma frase é o conjunto de compromissos e titularidades associados à elocução pública dessa frase. O seu paradigma é a *asserção*, considerada como um acto social efectivo: quando se profere uma frase fazendo-se assim uma asserção, quem o faz está a comprometer-se com a defesa dessa asserção contra qualquer objecção ou desafio que o interlocutor possa fazer. A defesa tomaria a forma de dar *razões* que sustentem a asserção, inferindo-a tipicamente de outra frase cuja elocução não esteja tão prontamente aberta a ser posta em causa. E ao fazer a asserção quem o faz confere também a si mesmo a titularidade de fazer mais inferências com base nela. O jogo social de dar e pedir razões é regido por regras, é claro, e mantém-se um histórico. (No sistema de Brandom, as noções de manter um histórico desempenham um papel muito importan-

te.) São as razões que seriam correctamente oferecidas a favor de uma frase  $F$ , e as normas de acordo com as quais  $F$  poderia correctamente ser dada em defesa de outras frases, que constituem o significado de  $F$ .

Como Wittgenstein gostaria, a *referência* não desempenha um papel importante nesta teoria. Para Brandom, a referência é apenas um constructo feito a partir de práticas inferenciais definidas sobre frases completas, e não um tema adequado para teorização independente; a teoria histórico-causal passa completamente ao lado do que é importante. (Contudo, isto exacerba a objecção 2.)

O sistema de Brandom é muito complexo e não podemos examiná-lo aqui. Mas assinale que ultrapassa algumas das objecções levantadas até agora contra a perspectiva wittgensteiniana. Contra a objecção 5, distingue realmente as elocuições linguísticas de “Laje,” jogadas de xadrez, e assim por diante, dado que estas não são os géneros de coisas a favor das quais se dê razões, se conteste desafios, e por aí fora. (Pode-se, é claro, oferecer razões práticas para ter feito uma dada jogada no xadrez ou no ténis, mas Brandom tem em mente razões *indiciárias*, elocuições que nos dão razões para acreditar numa afirmação factual. Uma vez mais, o seu paradigma é o da razão inferencial, e as jogadas de xadrez e coisas do género certamente que não são inferências.) A objecção 6 também não é um problema, pois o próprio Sellars ofereceu uma perspectiva inferencialista elegante das orações *que*. Apesar de Brandom sustentar que as expressões subfrásicas só “têm significados” derivadamente, dependendo dos significados de frases completas, reconhece também um tipo fraco de composicionalidade, e por isso pode iludir a objecção 3. E, o que é admirável, enfrenta alguns fenómenos semânticos assaz pormenorizados (nomes próprios, descrições, indexicais, quantificação e anáfora) em termos das suas contribuições características para o potencial de compromisso/titulação das frases em que ocorrem.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Horwich (1998) oferece uma imagem similar, ainda que menos trabalhada. Ao contrário de Brandom, sublinha que as expressões individuais têm significados: a “propriedade do significado” de uma dada expressão é “o seu uso reger-se por tal e tal regularidade – ou, mais especificamente, a propriedade de todo o uso da palavra se explicar em termos do facto de aceitarmos certas frases específicas que a contêm” (p. 6, itálico no original). Para cada palavra, há uma “regularidade básica de uso.” Exemplos: tendemos a aceitar “Isso é vermelho” (se for realmente proferido) na presença de uma coisa vermelha; aceitamos “ $p$  e  $q$ ” sse [se, e só se] aceitarmos  $p$  e aceitarmos  $q$ . (“Aceitar” uma frase é supostamente uma noção psicológica (pp. 94-6), e não uma forma reconhecível de comportamento social efectivo; isto é outro afastamento de Wittgenstein e de Brandom.) A composicionalidade é brevemente tratada no capítulo 7: a propriedade do significado de uma expressão complexa consiste numa “propriedade de construção,” e.g.:  $x$  significa KANT MORREU na medida em que “ $x$  resulta de pôr termos cujos significados são KANT e MORREU, nessa ordem, num esquema cujo significado é *NSV*” (p. 156). Mas, a menos que eu não tenha visto, nada é dito sobre

Em qualquer caso, a centralidade das noções epistemológicas nas teorias inferencialistas – defesa, sustentação, justificação, aceitação – sugere que as teorias estão mais próximas em espírito das perspectivas verificacionistas do que da ideia original de Wittgenstein. Veja-se o capítulo 8.

Um género algo diferente da teoria do uso (Alston 1963, 2000; Barker 2004) baseia-se na noção de J. L. Austin de “força ilocucionária.” Mas este conceito não será apresentado até ao capítulo 12.

Passemos agora à frente, para ver uma teoria do significado consideravelmente diferente. A teoria de Paul Grice começa com a noção ultrajante de que a linguagem é um meio de comunicação.

## Sumário

- As teorias do uso sustentam que os “significados” não são objectos abstractos como proposições; uma expressão linguística é determinada pela sua função característica no comportamento humano social.
- Segundo Wittgenstein, as expressões linguísticas são como peças de um jogo, usadas para fazer jogadas em práticas sociais convencionais regidas por regras.
- A versão de Sellars desta ideia torna o acto de *inferir* central, e é a complexidade dos padrões de inferência que permite o teorizador do uso acomodar frases longas e novas.
- As teorias do uso enfrentam dois obstáculos principais: explicar como o uso da linguagem diferente das actividades comuns convencionais regidas por regras que não geram significado; e explicar como uma frase pode significar *que* tal e tal.
- A teoria do uso de Brandom ultrapassa alguns destes obstáculos.

## Questões

1. Poderá a teoria do uso wittgensteiniana, tal como a esboçámos, ser defendida de uma ou mais das objecções 1-4?
2. Ajuíze a objecção 5. Pode dar uma resposta melhor do que a de Waismann?
3. Invente uma resposta wittgensteiniana à objecção 6.
4. Poderá uma pessoa daltónica que não distingue o vermelho do verde compreender a palavra “vermelho”? Pense nisto com respeito às teorias do uso.
5. Se leu Brandom, discuta as suas perspectivas.

como o “esquema” tem supostamente uma “regularidade de uso” apesar de não ser uma expressão do português.

## Leitura complementar

- A bibliografia sobre Wittgenstein é tão vasta que hesito em mencionar uma ou duas ou três obras exegéticas, excluindo outras. Mas: Rhees (1959-60); Pitcher (1964: cap. 11); Hallett (1967); Kenny 1973: caps. 7-9).
- Sellars (1963) é o *locus classicus* da sua teoria funcional; veja-se também Sellars (1974). Uma excelente exposição e defesa dos temas centrais surge em Rosenberg (1974).
- *Philosophy and Phenomenological Research* 57 (1997) contém um simpósio sobre Brandom (1994), com uma sinopse, artigos de John McDowell, Gideon Rosen, Richard Rorty e J. F. Rosenberg, e uma resposta de Brandom. Brandom (2000) é uma introdução mais acessível a Brandom (1994).